
Mulheres transexuais/travestis: a vulnerabilidade educacional nas instituições de ensino

Transsexual/transvestite women: educational vulnerability in educational institutions

Gleydson da Paixão Tavares
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
Jequié-Brasil

Resumo

Este trabalho objetiva identificar e analisar quais as principais dificuldades que inviabilizam a escolarização das mulheres transexuais/travestis. A pesquisa é qualitativa e de cunho bibliográfico e documental. Utilizou como instrumentos para a produção dos dados as narrativas de duas mulheres transexuais e a análise de documentos. Os resultados deste estudo apontam para uma quase total inacessibilidade de pessoas transexuais/travestis ao ensino superior e um alto índice de evasão escolar. Revelam que os principais fatores que contribuem para a evasão estão relacionados ao assédio moral, ao desrespeito ao uso do nome social e às restrições de acesso tanto ao banheiro “masculino” quanto ao “feminino”. Diante do exposto, a pesquisa aponta para a necessidade de implementação de políticas públicas educacionais e sociais efetivas que assegurem os direitos das pessoas transexuais/travestis.

Palavras-chave: Mulheres transexuais/travestis; Educação; Vulnerabilidade.

Abstract

This work aims to identify and analyze the main difficulties that make it impossible the schooling of transsexual/transvestite women. The research is qualitative and bibliographic and documentary. As instruments for the production of data, the narratives of two transsexual women and document analysis. The results of this study point to an almost total inaccessibility of transsexuals people and transvestites to higher education and a high rate of school dropout. They reveal that the main factors that contribute to evasion are related to bullying, the disrespect to the use of the social name and the restrictions of access to both the “men's” and the “female” bathrooms. Given the above, the research points to the need to implement effective public educational and social policies that guarantee the rights of transsexuals/transvestites.

Keywords: Transsexual/transvestite women; Education; Vulnerabilit.

Introdução

As pessoas que vivem as experiências transexuais e travestis expressam mais uma construção identitária diante das múltiplas possibilidades de experienciar as diversidades sexuais e de gênero para além do padrão hegemônico heteronormativo e cisgênero. A transexualidade e a travestilidade borram e subvertem às normas e padrões impostos pela sociedade e, por isso, as pessoas que vivem essas experiências “discordantes” são vistas, por exemplo, como seres estranhos, abjetos, anormais e aberrações da natureza.

Esse grupo minoritário é exposto a um terrorismo social e a variadas violências nos espaços sociais, seja em casa, no trabalho, nas vias públicas e até mesmo nas instituições de ensino. A opressão se revela nas mais variadas dimensões – da física à psíquica, o que torna esse grupo minoritário vulnerável, e o impede de exercer a cidadania em sua plenitude e de reivindicar direitos naturalmente assegurados para a grande parcela da população, como o direito à educação. A educação deve ser libertária e transformadora. O espaço escolar/acadêmico deve ser um ambiente em que o respeito, a proteção social e o acolhimento devem ser elementos indispensáveis ao bom convívio.

As singularidades e as particularidades de cada estudante devem ser consideradas nas mais variadas dimensões. Alguns princípios em relação ao ensino são expressos na Constituição Federal em seu artigo 206, entre outros, destaca-se “igualdade de condições para acesso e permanência na escola e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1988, p. 123).

Deveras, o direito ao acesso e à permanência à escola e à educação superior deve ser assegurado para todas/os. Entretanto, e especialmente nas instituições de ensino superior, o acesso ainda é um privilégio de poucos/as. A desigualdade social e econômica bem como a educação de qualidade inferior são alguns dos gargalos que contribuem para que os grupos minoritários – faço aqui um destaque às pessoas transexuais e os travestis – fiquem à margem deste processo.

Este trabalho objetiva identificar e analisar quais os principais conflitos e dificuldades que inviabilizam o acesso e a permanência das mulheres transexuais/travestis no processo de escolarização e acadêmico.

Corpos dissidentes das mulheres transexuais e travestis nas instituições de ensino

No território das identidades de gênero e sexuais, emergem as mulheres transexuais e travestis, rotuladas pela sociedade como corpos dissidentes, por não se adequarem às construções hegemônicas sexuais e de gênero. De acordo com Bento (2011), necessariamente, não somos impelidos a cumprir “os desejos de nossas estruturas corpóreas”. Para a autora, “o sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero” (2011, p. 551).

Ainda de acordo com Bento (2011), as práticas e os discursos sociais imprimem na sociedade uma construção de gênero por meio dos gestos, dos olhares, das roupas consideradas desejáveis para as pessoas a partir de suas identidades. Ela assevera que existem infinitas repetições que acabam estabelecendo os padrões de gêneros como verdadeiros e únicos.

Nesse sentido, é necessário refletir como a sociedade exclui o/a outro/a mediante a sua compreensão quanto à “diferença” (SILVA, 2000). Para o autor, esta é compreendida a partir das referências que marcam ou estabelecem “o diferente”, da representação “do diferente”, da comparação – atribuição qualificativa, do lugar ou uma posição que seria – “o normal” e da atribuição da diferença a partir da cultura. Ainda para o autor, enquanto entidade independente, a diferença bem como a identidade “é concebida como autoreferenciada, como algo que remete a si própria” (SILVA, 2000, p. 74).

Considerando que “as ditas verdades” e a concepção de diferença são constructos simbólicos e discursivos (SILVA, 2000), quem está autorizado a estabelecer padrões de gênero e sexuais como uma norma compulsória e única a ser experienciada? Será que a sociedade pode marginalizar as pessoas a partir do que entende como “diferente”, com a alegação de que suas identidades (de gênero e sexual) borram o que é considerado socialmente “ideal” e “adequado”?

As questões/discussões de gênero e sexualidade são travadas em um campo de disputa. O jogo das relações de poder-saber se instalam nos processos de interações sociais e fabricam instrumentos de controle e homogeneização, que tentam impor um discurso da identidade “ideal” – de homem branco, hétero, cristão e pertencente à classe média urbana (LOURO, 2000).

Diante do exposto até aqui, devemos compreender as identidades de gênero e sexual como múltiplas possibilidades de estar, de ser e de viver na sociedade e, nesse ínterim, estão as mulheres transexuais e travestis. A transexualidade e a travestilidade operam na fronteira e expressam a instabilidade do gênero, de modo a subverter a lógica binária impressa nas interações sociais mediante “marcas da presença do poder”, quais sejam: “incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”)). (SILVA, 2000, p. 81-82).

O terreno dos gêneros e das sexualidades estão em constante transformação. Para além da multiplicação, é impossível compreendê-lo a partir da perspectiva binária - masculino/feminino, heterossexual/homossexual (LOURO, 2008). Para a autora, “O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira”. (LOURO, 2008, p. 21).

As instituições de ensino devem estar incumbidas em promover ações afirmativas e primar por ser um espaço de acolhimento e respeito a todas as pessoas independente da sua condição econômica, cor, etnia, religião, identidade de gênero e sexual, entre outros marcadores sociais. A escola, bem como as instituições de ensino superior devem incentivar a reflexão, o debate e a implementação de ações objetivas em favor da diversidade e pluralidade cultural e, assim, contribuir para a promoção e o reconhecimento dos direitos dos grupos minoritários com vistas ao combate aos múltiplos tipos de violência, à discriminação e ao preconceito dentro e fora do espaço acadêmico e escolar.

Entretanto, observamos que para alguns grupos minoritários, há um negligenciamento por parte das entidades educacionais no atendimento a essas garantias, principalmente àqueles que compõem o grupo LGBTQIA+, com ênfase às mulheres transexuais e travestis.

Nessa direção, Bento (2011, p. 554) afirma que “a produção de seres abjetos e poluentes (gays, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que forem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade” e, nesse sentido, a escola atua como protagonista nesse processo.

Diante do exposto, observamos que há um projeto social maior que produz e reproduz padrões normativos, disseminados na sociedade como verdades absolutas no que concerne às questões de gênero e sexualidade e que são reverberados no espaço escolar. Corroborando com essa assertiva, Meyer et al. (2007, p. 230) afirmam que:

Sabemos que discursos desse tipo não são produzidos e nem circulam exclusivamente na escola, sendo produtos, também, de outras áreas de conhecimento e informação; e eles são, continuamente, re-apresentados e re-atualizados pela ciência, nas diferentes mídias, nas tecnologias, no senso comum etc. E é exatamente por isso que eles estão tão imbricados com a organização das relações sociais (de gênero e de sexualidade) e a produção de subjetividades.

O clima de pânico envolve situações degradantes e humilhantes, assédio moral, desrespeito ao nome social, controle e militarização dos corpos tidos como dissidentes, restrições ao uso do banheiro (seja “masculino” ou “feminino”), expulsão da escola (evasão), discriminação, preconceito, insultos, assassinatos, entre outras situações que inferiorizam e colocam o grupo de mulheres transexuais e travestis em condições desumanas e que se impõem enquanto limites e desafios para o acesso e a permanência dessas pessoas nas instituições de ensino. Para Bento, “há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação” (2011, p. 553).

Assim, percebemos que as instituições de ensino não estão preparadas para lidar com a diferença e a pluralidade social, pois, exercem a função de (re)produtora e mantenedora do modelo hegemônico, heteronormativo e cisgênero, cerceando as possibilidades de ser e viver outras identidades sexuais e de gênero. Nesse sentido, se faz necessária que as entidades educacionais reflitam sobre o seu papel social e se reinventem na perspectiva de contribuírem para ampliação do reconhecimento, do respeito, e da visibilidade das mulheres transexuais/travestis.

Percurso Metodológico

Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa delineiam todo o seu percurso para o desenvolvimento do trabalho científico. A autora Minayo (2009, p. 14) entende por metodologia “o caminho da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”

Esta pesquisa adotou a abordagem qualitativa por considerá-la essencial para trabalhar os aspectos da realidade e que não podem ser mensurados numericamente. Segundo Minayo (2009, p. 21) a perspectiva qualitativa considera os fenômenos humanos enquanto realidade social “pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”.

Os dados foram produzidos a partir de narrativas de duas mulheres transexuais (por meio da transcrição de entrevistas gravadas em áudio), da análise documental e da pesquisa bibliográfica.

As análises e discussão tiveram um caráter qualitativo, respaldadas pelos estudos pós-críticos e pós-estruturalistas. De acordo com Paraíso (2012, p. 25) as teorias pós-críticas envolvem “multiculturalismo, pós-estruturalismo, estudos de gênero, pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-gênero, pós-feminismo, estudos culturais, estudos étnicos e raciais, pensamento da diferença e estudos queer”. A autora faz uma reflexão sobre os trabalhos pós-críticos:

estimulamos os movimentos de multiplicação de sentidos e de proliferação das forças. Buscamos introduzir as *forças nas normas*. Buscamos operar com a decomposição para desmontar aquilo que foi identificado, reunido, agrupado. Trabalhamos com a desmontagem para decompor o que foi atualizado e fixado. Operamos com a remontagem para fabricar outros sentidos e com a recomposição para encontrar virtuais. (PARAÍSO, 2012, p. 34).

Diante do exposto, percebemos que realizar pesquisa nas perspectivas pós-críticas e pós-estruturalistas exige desestabilizar e problematizar os discursos produzidos como verdades absolutas. Requer também questionar e colocar sob suspeita as práticas sociais e culturais que por meio do controle e da vigilância, normalizam condutas e padronizam comportamentos impostos pela sociedade, em um campo de disputa que se estabelecem por meio das relações de poder.

Resultados e discussão

As análises da pesquisa foram realizadas e organizadas em duas subseções: na primeira, apresentaremos um quadro-síntese mediante um levantamento de dados produzidos acerca da realidade e vulnerabilidade educacional das pessoas transexuais, em especial, as mulheres trans e travestis, que nos auxiliará na compreensão dos

assujeitamentos e das múltiplas violências que são submetidas (a tabela também reúne dados de outras identidades de gênero e sexual do grupo minoritário LGBTQIA+). Na segunda subseção, faremos uma análise a partir das narrativas de duas mulheres transexuais/travestis que apontaram os limites e os desafios bem como as condições opressoras que vivenciaram no ambiente escolar e acadêmico.

O que revelam os dados estatísticos

O levantamento de dados educacionais sobre a realidade escolar/acadêmica das pessoas transexuais e travestis nos aproximou da realidade desses/as sujeitos/as. Como já mencionado, nesta subseção, faremos uma análise a partir de uma pesquisa documental a qual apresentamos no quadro-síntese abaixo:

Quadro 1 – Dados estatísticos da realidade educacional de pessoas transexuais e travestis

ASPECTOS	PERCENTUAL (%)	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	ANO
Graduados/as trans no ensino superior – Instituições Federais do Brasil.	0,2%	ANDIFS – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.	2018
Agressões verbais sofridas na escola por estudantes que não se declaram héteros.	73% dos/as estudantes. Já as agressões físicas ocorreram com um a cada 04 desses alunos/as.	Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	2016
Dos 1.016 jovens ouvidos na pesquisa da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	55% afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior, comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans no ambiente escolar, e 45% disseram que já se sentiram inseguros devido à sua identidade de gênero.	Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	2016
Evasão escolar de travestis e transexuais.	Estima-se que o país concentre 82% de evasão.	Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	2016

Fontes: ANDIFS, ABLGBT, OAB (2016-2018).

Nota: dados organizados pelo próprio autor.

A partir dos dados do Quadro 1 e de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2018), apenas 0,2% da população trans acessam o ensino superior nessas instituições. Os dados revelam que essa

condição de ínfima acessibilidade à educação superior das pessoas trans e travestis fere o artigo 206 da Constituição Federal Brasileira que tem como um dos princípios assegurar, indistintamente, o direito ao acesso e à permanência na escola/academia em igualdade de condições.

O segundo dado evidencia as agressões físicas e verbais sofridas na escola por estudantes que não se declaram héteros. Segundo Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais – ABLGBT (2016), 73% dos/as estudantes já sofreram este tipo de agressão e uma em cada quatro desses/as alunos/as já foram agredidos/as fisicamente. Nesse sentido Bento afirma que:

As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada (BENTO, 2011, p. 552).

A pesquisa realizada, em 2016, pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT), revela que dos 1.016 jovens ouvidos, 55% afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior, comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans no ambiente escolar, e 45% disseram que já se sentiram inseguros devido à sua identidade de gênero. Corroborando com essa realidade indigna e cruel, trago um excerto retirado de uma dissertação a partir da narrativa da própria autora que se define como uma mulher trans:

O ensino médio chegou e o tratamento na escola não mudou muito, pelo contrário piorou. Neste momento de minha vida, fui muito violentada por um colega de classe. A escola era um inferno e eu parecia ser o corpo ao qual eles poderiam extravasar suas raivas. Eram xingamentos, puxões de cabelo, agressões, assédios morais e sexuais (no banheiro), dentre outras situações pelas quais passei. (SANTOS, 2017, p. 11).

Por fim, apresentamos os dados que retratam o panorama da evasão escolar de travestis e transexuais no Brasil. Segundo Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (2019), estima-se que o país concentre 82% de evasão. A autora Bento (2011, p. 555) ao trazer uma discussão sobre as condições opressoras vividas na escola

pelos gays, lésbicas, travestis, transexuais e todos/as aqueles/as que destoam ao padrão de gênero imposto pela sociedade, afirma que “para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em ‘evasão’”

Diante dos dados analisados, constatamos que existem limites e desafios para assegurar o acesso e a permanência das pessoas transexuais e travestis nas instituições de ensino. A inacessibilidade ao ensino superior é um deles. Para mitigar essa situação, se faz necessária a implementação de políticas públicas que assegurem o direito à educação superior a essa população. Outro desafio é garantir um ambiente escolar e acadêmico acolhedor e respeitoso. Nesse sentido, as instituições de ensino precisam estar atentas, conhecer e refletir sobre às situações de vulnerabilidade que esse grupo minoritário está exposto. A partir daí, incentivar a promoção de ações educativas no espaço escolar com vistas à promoção da inclusão, da equidade, do respeito e do reconhecimento da diversidade e multiplicidade sexual e de gênero.

O que revelam as mulheres transexuais/travestis: dos números à realidade vivida

A partir das entrevistas realizadas com duas mulheres transexuais (aqui denominadas MT 1 e MT 2), fizemos as transcrições das falas gravadas em áudio, com vistas a identificação de situações de vulnerabilidade a partir do seu processo de escolarização. Produzimos dados que posteriormente foram codificados e reagrupados a partir do distanciamento e da aproximação das narrativas. Nesse sentido, emergiram mais 04 categorias de análise que nos ajudarão a pensar sobre a vulnerabilidade educacional das mulheres transexuais/travestis: a) revelando desrespeito ao uso do nome social; b) indicando assédio moral por parte da comunidade escolar; c) apresentando restrições de acesso ao banheiro; e d) apontado a expulsão (evasão) escolar.

a) Revelando desrespeito ao uso do nome social

A partir de janeiro de 2018, foi autorizado, oficialmente, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) o uso do nome social de transexuais e travestis nas escolas da educação básica, por meio dos registros escolares. Foi assegurado o direito da escolha do nome que melhor satisfizesse o/a estudante, mediante a sua identidade e expressão de gênero. Na contracorrente, as entrevistadas nos apresentam experiências desconfortáveis:

Tinha uma professora que implicou comigo, logo no início, porque ela tinha me dado aula no ano anterior, quando eu era uma criança, então, ou seja, ela

Mulheres transexuais/travestis: a vulnerabilidade educacional nas instituições de ensino

ficava me usando como exemplo, às vezes, pra ficar soltando, liberando meu nome [o de registro de nascimento] [grifo nosso] (MT 1, 2021).

Para a entrevistada havia um tipo de perseguição, pois, entendia que propositadamente, a professora a escolhia como exemplo para expô-la ao constrangimento de ser chamada por um nome que já não adotava mais, pois, não se identificava com ele. As/os professoras/es já tinham o nome social de MT 1 na caderneta e, ainda assim, essa docente insistia nessa conduta. O desrespeito e o não reconhecimento ao uso do nome social pode levar as mulheres transexuais e travestis a situações vexatórias e humilhantes.

Tipo assim, entre dois e três professores quando foi percebendo a minha orientação sexual já me olharam de forma diferente [...]. Só que como naquela época, eu era um menino, não tinha tomado hormônio e não tinha feito a transição, muitos professores não queriam me chamar pelo nome de menina (MT 2, 2021).

Diante do relato de MT 2, foi perguntado qual o sentimento que essa situação provocava nela:

[...] eu comecei a tomar os meus hormônios, meu cabelo cresceu, tudo foi mudando, o corpo e tudo, eu já não via mais a necessidade de professores me chamar pelo nome de menino, não tinha cabimento. Eu me sentia revoltada, porque tipo assim, é tão ruim quando as pessoas não entendem o lado da gente, quando a gente não é assistido... (MT 2, 2021).

Nessa direção, Louro (2008, p. 22), nos diz que “se hoje, as classificações binárias dos gêneros e da sexualidade não mais dão conta das possibilidades práticas e de identidades, isso não significa que os sujeitos transitem livremente entre esses territórios, isso não significa que eles e elas sejam igualmente considerados”. Os excertos acima, ratificam o entendimento de Louro no sentido de que as mulheres transexuais/travestis ainda não transitam, livremente, nos espaços escolares. São reprimidas, controladas, desrespeitadas também pelo não reconhecimento e uso do nome social, quando alguns/as professores/as se recusam a utilizá-lo, o que provoca uma situação de constrangimento e revolta.

b) Indicando assédio moral por parte da comunidade escolar

Esta categoria traz alguns depoimentos que apresentam assédio moral, aqui entendido, enquanto ações que atentam à dignidade da pessoa humana e traz danos à sua integridade:

Quando eu resolvi me transformar como mulher trans, eu, aos 14 anos, foi da noite pro dia, eu resolvi da noite pro dia, eu já vinha desde os 12 correndo atrás, então, quando eu cheguei no colégio, no dia seguinte, foi um choque pra todo mundo, pra todo mundo, a diretora chegou assim, ‘nossa como tá diferente!...’ Aí cheguei na sala de aula meus colegas, foi muito estranho, principalmente os meninos, eu vi logo, ficava já olhando diferente (MT 1, 2021).

Olha pra ser sincera pra você na minha época quando eu estava na forma de menino, bullying, sofri pouco, só sofri uma agressão de um menino ao perceber meus trejeitos, eu era meio afeminada, que não tinha aquele jeito grosso de menino[...]. Ele me deu um soco no rosto na porta da escola. Ele chegou pra mim e disse que eu era gay, que era viadinho, palavras que eles usam até hoje (MT 2, 2021).

As narrativas de MT 1 e MT 2 sinalizam formas de violência e exclusão no espaço escolar. As experiências vivenciadas pelas entrevistadas revelam um ambiente tóxico que discrimina, inferioriza, violenta e reitera o preconceito de gênero e sexual.

Observamos nessa categoria a presença de um episódio de agressão física – soco dado em MT 2, para além das experiências narradas no tocante ao assédio moral. Este episódio do soco, certamente pode fazer parte dos dados apresentados pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais – ABLGBT (2016), que revelam que 01 em cada 04 dos estudantes já sofreram agressões físicas de um universo de 73% de estudantes que já sofreram agressões verbais por não se declararem héteros.

Em consonância com esses relatos, Bento afirma que:

São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições (2011, p. 554).

As falas das entrevistadas são marcadas por um sentimento de constrangimento, humilhação, inferiorização e marginalização e que atentam a sua integridade (moral e física) e a sua dignidade. Podemos ver claramente quando MT 2 relata ficar constrangida ao frequentar a escola preocupada em encontrar “um engraçadinho”. Já MT 1 ouvia cochichos, buchicos pelos cantos e era chamada de “viado”.

c) Apresentando restrições de acesso ao banheiro

Mulheres transexuais/travestis: a vulnerabilidade educacional nas instituições de ensino

As mulheres transexuais/travestis, em seu cotidiano, passam por situações adversas que comprometem até mesmo o uso do banheiro no ambiente escolar. Vejamos o relato das entrevistadas:

Quando eu me transformei mesmo eu já não mais entrei no banheiro masculino, que eu achava constrangedor e achava muito ridículo eu entrar no banheiro de homem, e eu de mulher. Eu ia lá, entrava no das meninas normal. Mas quando eu fui para o colégio no estado, eu entrava no banheiro, utilizava o banheiro normalmente, sempre o feminino, sempre o feminino, o tempo todo. Eu via lá, algumas vezes me olhar assim com carinha estranha, carinha de nojo, mas eu não dava confiança. Aí, então, um belo dia, conversando, batendo papo com a diretora, ela me contou que já chegou mães e já chegou pais a se queixar porque a filha chegou em casa dizendo que tinha um homem dentro do banheiro (MT 1, 2021).

Os meus colegas quando iam para o banheiro masculino, tipo, assim, como eu tinha muitos colegas amorosos, eu escutava tipo assim, ‘MT 2, você agora é menina, você não pode usar o banheiro dos meninos’. Formas carinhosas deles, mas de professor... do diretor e do professor de História já era um tratamento totalmente diferente. Que eu era homem,,, o de Religião era o mais escroto. Porque eu era homem, porque eu tinha que procurar Deus, aí eu disse porque eu estou com o capeta? Eu não tenho capeta, a pessoa se amar e ser do jeito que é não tá com o capeta (MT 2, 2021).

Nessa categoria de análise referente ao uso do banheiro, observamos que este acesso se tornava sempre um momento de hostilidade, desrespeito e humilhação. Aqui também nos chama atenção a fala da entrevistada MT 2 quando se refere ao professor de Religião “era o mais escroto. ‘Porque eu era homem, porque tinha que procurar a Deus’ - professor de religião. Aí eu disse porque eu estou com o capeta?” [grifo nosso] (MT 2, 2021).

Nas narrativas apresentadas percebemos um despreparo dos/as professores/as e do diretor em lidar com essas situações. Ao invés de desempenhar um papel com vistas a inclusão e a disseminação do respeito, a escola legitima práticas hegemônicas que deslegitimam outras possibilidades de ser e viver no mundo. Nessa direção Bento diz que,

Os relatos de discriminações não são acompanhados de histórias de professores/as que tenham realizado discussões em sala de aula ou na escola sobre respeito, diversidade e diferença. O fato de o/a aluno/a interromper os estudos parece algo inevitável, natural, sugerindo, portanto, que essa discussão não diz respeito ao ambiente escolar e que a instituição nada pode fazer para proteger suas/seus alunas/os vítimas desse tipo de violência, a não ser assinar o termo de transferência (2011, p. 556-557).

Observamos também que o discurso religioso também se fez presente no relato de MT 2, quando relata “Porque eu era homem, porque tinha que procurar a Deus’[professor de religião]. Aí eu disse porque eu estou com o capeta?” [grifo nosso]. A violência discursiva utilizada por esse professor tenta colocar MT 2 em um lugar de demonização e tenta também deslegitimar a sua identidade de gênero e sexual, justamente, por destoar dos padrões hegemônicos instituídos pela escola e pela sociedade.

Para ampliarmos e aprofundarmos o nosso olhar nesta perspectiva do uso do banheiro, traremos um relato de Andrade (2012), que se identifica como uma travesti, onde em sua tese de doutorado, fala de sua experiência no espaço escolar:

Durante todo o período que cursei o 2º grau, atual Ensino Médio, nunca frequentei o banheiro da escola não por temer possíveis práticas de ato sexual, mas por ter medo de ser rejeitada no banheiro feminino (por não ser do sexo feminino) e violentada fisicamente e verbalmente no masculino (por ser efeminada). Realizava as necessidades fisiológicas antes de sair para a aula e quando chegava. Às vezes, retendo a urina e as fezes, chegava a perder a concentração em sala na tentativa de resistir até chegar em casa. (ANDRADE, 2012, p. 150).

Apresento aqui também, a experiência de Santos (2017), por meio de sua narrativa registrada em seu trabalho de dissertação de mestrado (ela se identifica como uma mulher trans):

O ensino médio chegou e o tratamento na escola não mudou muito, pelo contrário piorou. Neste momento de minha vida, fui muito violentada por um colega de classe. A escola era um inferno e eu parecia ser o corpo ao qual eles poderiam extravasar suas raivas. Eram xingamentos, puxões de cabelo, agressões, assédios morais e sexuais (no banheiro) [...] (SANTOS, 2017, p. 11).

Diante do exposto, podemos constatar que o uso do banheiro também se configura em um grande desafio para a permanência das mulheres transexuais e travestis nas instituições de ensino. O acesso a esse espaço escolar que corriqueiramente e naturalmente é utilizado pelos/as estudantes, se torna um momento de terror e hostilidade para esse grupo de pessoas.

d) Apontando a expulsão (evasão) escolar

Segundo os dados da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (2019), estima-se que o país concentre 82% de evasão escolar de pessoas travestis e transexuais. Para entender melhor o que leva esse grupo a abandonar a escola, vejamos os excertos abaixo:

O diretor disse que não me aceitaria mais na escola por que eu estava desviando, desviando não, posso falar desviando né, a sexualidade das pessoas... [...] Aí minha mãe onxente, porque meu filho não pode mais estudar nessa escola? Aí ele [o diretor] ‘ah porque seu filho tem esse jeitinho assim, perêê, parará... Que eu era um problema para a escola [grifo nosso] (MT 2, 2021).

Porque eu parei de ter estímulo, de voltar a estudar. Se meu pai me estimulasse, tipo assim, fosse mais generoso comigo na forma, tipo, de me apoiar, ‘oh meu filho a sua orientação sexual é essa, então ok, você vai estudar’. Ah ele olha pra mim ‘ah de mulher pra ir pra escola assim, você não vai’. (MT 2, 2021).

As questões discutidas nessas subseções retratam limites e desafios para a permanência das mulheres transexuais e travestis no ambiente escolar. Essas dificuldades reverberam no problema da evasão. A entrevista MT 2 atribui a sua saída (expulsão) da escola por dois grandes motivos: o momento em que o diretor fala para a sua mãe que não mais a aceitaria porque ela estava desviando a sexualidade das pessoas e que ela era um problema para a instituição de ensino. Paralelo a isso, o outro motivo que impulsionou também a sua saída, foi a falta de apoio do pai. Nesse sentido, Bento (2011, p. 555) assevera que “há um desejo de eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão”.

Considerações Finais

Neste trabalho propusemos identificar e analisar quais os principais conflitos e dificuldades que inviabilizam o acesso e a permanência das mulheres transexuais/travestis no processo de escolarização e acadêmico. Buscamos por meio da análise de documentos e das narrativas de duas mulheres transexuais/travestis revelar a realidade escolar desse grupo minoritário.

Os documentos os quais nos debruçamos nos trouxeram dados que apontam para uma quase total inacessibilidade de pessoas transexuais/travestis ao ensino superior e um alto índice de evasão - o que reflete as dificuldades de acesso e permanência desse grupo no

espaço escolar e acadêmico. Revelam também um grande percentual de agressões físicas e verbais sofridas na escola por estudantes que não se declaram heterossexuais.

Nesse sentido Meyer et al. salientam sobre a importância e a necessidade de voltarmos a nossa atenção às condições de vulnerabilidade que estão expostas/os as/os estudantes das instituições de ensino públicas, para que possamos compreender e analisar esse contexto e estabelecer parcerias com outras entidades. Para as autoras, essas parcerias podem “reduzir, através da educação, as possibilidades de se tornar vulnerável a alguém, ou a alguma coisa ou situação (MEYER et al., 2007, p. 233).

As narrativas das duas mulheres transexuais/travestis, colaboradoras da pesquisa, revelaram o quão desumana e degradante foram as suas experiências em seus processos de escolarização. As entrevistadas apontaram que os principais fatores que contribuem para a evasão, estão relacionados ao assédio moral e a agressão física (por parte de professoras/es, dirigentes, colegas e profissionais da educação), ao desrespeito ao uso do nome social e às restrições de acesso tanto ao banheiro “masculino” quanto ao “feminino”. Diante do exposto, a pesquisa aponta para a necessidade de implementação de políticas públicas educacionais e sociais efetivas que assegurem os direitos das pessoas transexuais/travestis bem como para que as comunidades escolar e acadêmica respeitem e acolham indistintamente a todas/os.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de **Travestis na escola: assujeitamento e resistência a ordem normativa**. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza-CE, 2012. Disponível em: <ile:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1.DEP/GRANDE~3/VICONG~1/ARTIGO~3/ANDRAD~1.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior no Brasil (ANDIFS). **V Pesquisa Nacional de Perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, 2011, p. 549-559. Disponível em: <ile:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1.DEP/GRANDE~3/VICONG~1/ARTIGO~3/TEMTIC~1/ARTIGO~3.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Dia da Visibilidade Trans destaca a luta pelos direitos da população LGBTQ+. **Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (CEDS/OAB), 2019.**

Disponível em: <<https://cpers.com.br/dia-da-visibilidade-trans-destaca-a-luta-pelos-direitos-da-populacao-lgbt/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1998; atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 dez. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade.** Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 25-52.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo educado: Pedagogia da sexualidade.** LOURO, Guacira Lopes. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-posições.** v. 19, n. 2, maio-ago. 2008, p. 17-23. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educação em Revista.** s/v, n. 46, 2007, p. 219-239. Disponível em: <[ile:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1/DEP/GRANDE~3/VICONG~1/ARTIGO~3/DAGMAR~1.PDF](file:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1/DEP/GRANDE~3/VICONG~1/ARTIGO~3/DAGMAR~1.PDF)>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, cap. 1, p. 9-29.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, cap. 1, p. 25-47.

REIS, Toni; HARRAD, David. As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais em nossos ambientes educacionais. In: **Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil.** Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT), 2016. Disponível em: <<https://adminprd.observatoriodeeducacao.org.br/api/assets/a7454865-ec79-44d3-861c-e1ee335dd182/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico.** 2017.

90f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe - UFSE. São Cristóvão-SE, 2017. Disponível em: <ile:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1/DEP/GRANDE~3/VICONG~1/ARTIGO~3/DISSER~1.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.), HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, cap. 2, p. 73-102.

Sobre o autor

Gleydson da Paixão Tavares

Mestrando em Educação Científica e Formação de Professores – PPGECP pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Especialista em Docência do Ensino Superior (2008) e Gestão de Recursos Humanos (2010), pela Universidade Cândido Mendes – UCAM. Professor-tutor do Curso de Pedagogia EaD da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E-mail: guedo@uesc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3225-6209>.

Recebido em: 14/02/2022

Aceito para publicação em: 05/03/2022